

Estudos sobre a inserção da Dança como componente curricular na educação básica brasileira

Débora Souto Allemand

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, RS, Brasil
deborallemmand@hotmail.com
orcid.org/0000-0001-8479-9822

Vera Lúcia Bertoni dos Santos

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, RS, Brasil
bertonica@gmail.com
orcid.org/0000-0002-0708-0942

Resumo | Com foco na especificidade e autonomia do componente curricular Dança na Educação Básica, considerado na legislação educacional brasileira desde 2016, o texto reflete sobre a inserção do ensino de Dança na escola, a partir de produções acadêmicas recentes sobre o tema. A revisão de literatura e a pesquisa documental realizadas evidenciam aspectos contextuais, estruturais e relacionais da Dança como campo de conhecimento no meio escolar.

PALAVRAS-CHAVE:

Dança na escola. Ensino de arte.
Disciplina de dança.

Studies on the insertion of Dance as a curricular component in Brazilian basic education

Abstract | Focusing on the specificity and autonomy of Dance as a curricular component in Basic Education – as considered since 2016 in the Brazilian educational legislation –, this paper reflects on the insertion of Dance teaching in schools, based on recent academic production on the subject. The literature review and the document research have highlighted contextual, structural and relational aspects of Dance as a knowledge field in school environment.

KEYWORDS: Dance in school. Art teaching. Subject of dance.

Estudios sobre la inserción de la danza como componente curricular en la educación básica brasileira

Resumen | Con foco en la especificidad y autonomía del componente curricular Danza en la Educación Básica, considerado en la legislación brasileira sobre educación desde 2016, el texto reflexiona sobre la inserción de la enseñanza de Danza en la escuela, a partir de producciones académicas recientes sobre el tema. La revisión de la literatura y la investigación documental realizadas evidencian aspectos contextuales, estructurales y relacionales de la Danza como campo de conocimiento en el medio escolar.

PALABRAS CLAVE: Danza en la escuela. Enseñanza de arte. Disciplina de danza.

Enviado em: 11/09/2021
Aceito em: 16/11/2021
Publicado em: 21/12/2021

Propósitos, procedimentos e recortes

Este trabalho emerge da necessidade de contextualizar a realidade educacional mais ampla na qual se desenvolve a pesquisa¹ de doutorado intitulada "A Dança como componente curricular no Colégio de Aplicação da UFRGS: caminhos de uma professora Licenciada em Dança", em andamento no Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e cumpre o propósito central de evidenciar aspectos da inserção da disciplina de Dança² no currículo das instituições escolares brasileiras, levantados a partir do estudo de produções acadêmicas sobre o tema.

A referida investigação busca elucidar desafios e possibilidades da ação docente em Dança no ambiente escolar, considerando fatores pedagógicos, administrativos e relacionais da experiência docente da pesquisadora no Colégio de Aplicação (CAp)³ da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Nesse contexto específico, as ações enfocadas na pesquisa no sentido da inserção da disciplina de Dança no currículo da escola têm início a partir da nomeação da pesquisadora como primeira professora Licenciada em Dança integrada ao quadro funcional da Instituição (em setembro de 2019), e desenvolvem-se no decorrer do ano letivo de 2020⁴, mediadas, na sua grande maioria, por relações educacionais não presenciais.

Tomando como ponto de partida relatos memoriais, de cunho autobiográfico, a Tese em andamento evidencia aspectos da trajetória da pesquisadora, constitutivos da sua formação como artista, professora e pesquisadora no campo das Artes Cênicas e da Educação, que se revelam fundamentais à identificação dos espaços escolares a serem ocupados, ou abertos, pela disciplina de Dança, ao enfrentamento das tensões e embates que essa ocupação e abertura significam à estrutura e ao funcionamento da escola e à exploração das parcerias que se formam nesse percurso, envolvendo docentes, discentes, equipe diretiva, funcionários e demais agentes da comunidade escolar.

Com foco na especificidade e na autonomia do componente curricular Dança, conforme compreendido no CAp/UFRGS, e buscando entender de que forma as mudanças propostas na Lei 13.278/2016 (BRASIL, 2016) interferem de fato nas escolas de Educação Básica, este estudo propõe-se a caracterizar o ensino de Dança no contexto educacional, a partir da produção acadêmica da Área, considerando o crescimento e as transformações das últimas décadas no campo denominado Dança na Escola (CORRÊA; SANTOS, 2019).

As buscas por esses trabalhos realizaram-se a partir de procedimentos como revisão de literatura e pesquisa documental, fundados numa abordagem quali-quantitativa, envolvendo o rastreamento de Teses de Doutorado, Dissertações

¹ Iniciada no ano de 2018, pela pesquisadora Débora Souto Allemand, sob orientação da professora Vera Lúcia Bertoni dos Santos, autora e coautora do texto, a Tese encontra-se atualmente em fase de análise de dados e elaboração textual.

² O termo Dança (com inicial maiúscula) designa disciplina, ou componente curricular, expressões utilizadas neste texto como sinônimos.

³ Como unidade de Educação Básica da UFRGS, o CAp oferece Ensino Fundamental e Médio completos, tanto no ensino regular como na Educação de Jovens e Adultos (EJA), e constitui-se como espaço de formação docente em diferentes áreas do conhecimento, oferecendo oportunidade de estágios docentes a estudantes de Licenciatura de diversos cursos da UFRGS e de outras Universidades.

⁴ O ano de 2020 foi marcado pelo ensino remoto na grande maioria das instituições de ensino, em função da pandemia de COVID-19, decretada pela Organização Mundial de Saúde no dia 11 de março.

de Mestrado, Trabalhos de Conclusão de Curso e artigos científicos produzidos no período compreendido entre 2016 e 2020, disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e nas plataformas *Google Acadêmico* e *Scielo*. A definição desse recorte temporal deu-se em função da vigência da Lei 13.278/2016, que dispõe sobre o ensino de Arte na Educação Básica, considerando a obrigatoriedade do ensino de Artes Visuais, Dança, Música e Teatro.

Formas possíveis de prática, difusão e legitimação

O ensino de Dança na Educação Básica brasileira é assimilado de diferentes formas através dos tempos, revelando propósitos, práticas pedagógicas e políticas educacionais historicamente construídas, chegando atualmente a ser considerado componente curricular autônomo em alguns contextos específicos. Na realidade das escolas do Rio Grande do Sul, Estado onde se localiza a instituição em foco na Tese, ainda que nos últimos anos se observe a abertura crescente de concursos docentes específicos para cada uma das quatro linguagens artísticas discriminadas na Lei 13.278 (BRASIL, 2016), bem como a ampliação do número de profissionais com formação docente específica em Dança, Música e Teatro, observa-se que, na grande maioria das instituições, a disciplina de Arte segue atribuída a docentes da área de Artes Visuais (CORRÊA; SANTOS, 2019). Assim, o sistema e a estrutura do CAP/UFRGS, realidade educacional na qual a pesquisa se desenvolve, apresentam alguns diferenciais em relação à maioria das instituições de Educação Básica brasileiras.

Em função de sucessivas lutas e conquistas do grupo de docentes da Instituição ao longo dos anos, a interpretação da Lei 13.278/2016 pela equipe diretiva da escola dá-se de forma bastante diversa, possibilitando modelos de inserção curricular das disciplinas de Artes distintos daqueles comumente adotados nas demais redes de ensino públicas e privadas. Dentre outros aspectos, essas conquistas relacionam-se à autonomia do sistema que rege a Instituição, que lhe possibilita um orçamento que corresponda minimamente às necessidades de uma educação de qualidade; à perspectiva de inovação pedagógica adotada pela escola, que, em acordo com os debates contemporâneos da área de Artes, privilegia a autonomia dos diferentes componentes curriculares; e ao fato de a Instituição contar, no seu quadro funcional, com docentes especialistas em Artes Visuais, em Dança, em Música e em Teatro⁵, com disposição a planejar, desenvolver e avaliar coletivamente o trabalho pedagógico e a consolidar a área de Arte, nas suas diferentes disciplinas, como parte integrante do processo de escolarização.

Na elaboração da Tese, a necessidade de distinguir a realidade do CAP/UFRGS, considerando as suas especificidades, demandou caracterizar a realidade comum à maioria das escolas de Educação Básica, identificada em algumas pesquisas que refletem sobre a Dança na Escola como componente curricular autônomo no Ensino Médio. A ênfase nessa etapa curricular norteou as buscas pelos seguintes termos e expressões: Dança na Escola, Ensino de Dança, Dança na Educação Básica, Dança e componente curricular, Dança e Colégio de Aplicação, Dança e Colégio, Dança e Ensino Médio, Dança e disciplina e Licenciado em Dança.

⁵ Atualmente, o quadro docente da escola conta com vinte profissionais licenciados: seis de Artes Visuais, sete de Música, seis de Teatro e uma professora de Dança.

Assim, foram excluídos os trabalhos que tratavam do ensino não formal de Dança, ou seja, as pesquisas envolvendo escolas e academias privadas; os trabalhos com enfoque na Educação Infantil; os estudos na área da saúde; e os que versam sobre a Dança como conteúdo do componente curricular Educação Física. Algumas pesquisas sobre o ensino de Dança como proposta de cunho extraclasse na escola, como grupos, projetos, oficinas ou, ainda, pesquisas que realizavam inserções pontuais em alguma turma, em curtos períodos de tempo, foram analisadas brevemente, para a compreensão do campo de estudo.

De modo geral, foi possível constatar que, na busca por trabalhos acadêmicos a partir do termo “Dança” e da expressão “componente curricular”, a grande maioria dos trabalhos disponíveis versa sobre a dança como conteúdo da Educação Física, ou mesmo relacionado à área de Artes, mas não necessariamente como componente curricular autônomo. Já, a busca realizada a partir dos termos “Dança” e “disciplina”, curiosamente, permitiu localizar muitos estudos relacionados a atitudes ou a comportamentos corporais incentivados através da prática de atividades de dança.

Outra constatação geral possibilitada pelas buscas é a preponderância de pesquisas de Dança na escola com recorte temporal e espacial específicos, muitas das quais são realizadas por estudantes de licenciatura com vinculação ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID)⁶, aspecto já apontado na Tese de Doutorado de João Batista Lima de Souza (2017). Destacam-se, também, os relatos de experiências pedagógicas desenvolvidas em âmbito escolar num curto período de tempo (um semestre, ou alguns meses), encontrados em Trabalhos de Conclusão de Cursos de Graduação, Dissertações de Mestrado e Teses Doutorado, como é o caso das pesquisas de Ana Maciel (2016), Jeferson Cabral (2020), Jefferson de Araújo (2016) e Lúcia Maria da Silva (2016).

As pesquisas com dança na escola desenvolvidas em curtos períodos de tempo trazem algumas considerações interessantes para o campo, porém, fogem aos interesses da revisão, pois não enfocam as possibilidades e desafios da inserção da Dança na escola como componente curricular. Em oposição a isso, ainda que se refira a uma breve experiência pedagógica com oficinas de Dança, a Dissertação de Mestrado de Maurício Oliveira (2016), realizada no Colégio Estadual Thales de Azevedo, na cidade de Salvador/BA, expõe vários aspectos políticos do lugar da Dança na escola.

Walderlane Justino (2018) explica o motivo que a levou a realizar suas pesquisas de campo num projeto de dança, e não na disciplina de Arte. Na visão da autora,

[...] a realidade da quantidade de alunos por turma, o espaço e a estrutura de carga horária destinada à matéria de artes, tornam-se cruéis em termos de saúde física e psicológica para um professor que precisa dar conta de treze turmas diferentes para cumprir sua carga horária [...]. (JUSTINO, 2018, p. 38).

⁶ O PIBID é uma iniciativa do Departamento de Educação Básica (DEB) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação (MEC), que visa a qualificação da formação de docentes em nível superior das diferentes áreas de conhecimento e a melhoria da qualidade de ensino da Educação Básica, mediante oferecimento de Bolsas de Iniciação à Docência. Em atividade desde 2007, o Programa viabiliza interação entre Instituições públicas de Ensino Superior e escolas municipais, estaduais e federais de Educação Básica, constituindo oportunidade de inserção precoce de estudantes de licenciatura no contexto da escola pública.

Tais questões parecem estar relacionadas também à pesquisa realizada por Oliveira (2016), que se propôs a desenvolver experiências de dança numa oficina de cunho extraclasse oferecida a jovens estudantes do Ensino Médio. Ele justifica a sua escolha em experiências anteriores, alegando que, nos tempos e espaços restritos das aulas curriculares de Dança, que costumam abarcar turmas mais numerosas, o envolvimento dos participantes tende a ser dificultado, o que compromete significativamente a qualidade do trabalho com os princípios da dança.

Outro conjunto de trabalhos enfoca propostas de Dança na disciplina de Arte, como é o caso da Dissertação de Mestrado da pesquisadora Aline Fialho (2016), que enfoca a sua própria experiência como professora de Arte, referindo-se à Dança como um “subcomponente curricular”. Fialho é Licenciada em Dança e relata a experiência da pesquisa de campo realizada no horário regular de suas aulas de Arte, a partir da qual reflete sobre os desafios de desenvolver apresentações de dança na escola, problematizando aspectos do ensino e da aprendizagem em dança, como reprodução e criação, processo e produto, dentre outros. Na escola em que se desenvolveu o estudo de Fialho (2016), a dança figura como subcomponente curricular vinculado à disciplina de Arte, o que evidencia uma realidade escolar contrastante com a realidade observada em muitas das pesquisas encontradas, nas quais os conteúdos de Dança raramente são ministrados por profissionais especialistas, com formação específica em Dança-Licenciatura, sendo, quando muito, desenvolvidos por docentes de outras disciplinas.

Nesse sentido, Edna Silva (2018) reflete sobre o perfil de profissionais do ensino de Dança nas escolas brasileiras, a partir de um panorama elaborado segundo os dados do Censo Escolar da Educação Básica do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Conforme a autora, em 2017 (ano base do Censo), o número de pessoas Licenciadas em Dança concursadas nas escolas de todo o país era de apenas 263, sendo que a quantidade total de docentes ministrantes do componente curricular Arte (que abarca as Artes Visuais, a Dança, a Música e o Teatro) é de 596.624. Ou seja, a despeito dos muitos avanços no campo da Dança na Escola, os dados obtidos por Silva (2018, p. 46) indicam que a dança na Educação Básica é “lecionada por docentes com formação em magistério, seguidos por aqueles com Licenciatura em Pedagogia e com formação em Educação Física”.

No que se refere a profissionais responsáveis pelo ensino de dança nas escolas, a pesquisadora Nilza de Sousa (2016) reflete sobre a formação continuada de docentes de Educação Física, Pedagogia e Artes, em geral, no sentido de proporcionar conhecimentos de Dança, relacionando-os aos seus campos de atuação pedagógica; e relativiza essa perspectiva formativa, que, por um lado, possibilita a ampliação de conhecimentos sobre a Dança, mas, por outro, acaba favorecendo o desenvolvimento de práticas irrefletidas e desvinculadas de objetivos artísticos.

Além dos estudos de Silva (2018) e Sousa (2016), acerca do ensino de dança na escola a partir de profissionais de outras áreas, a Tese de João de Souza (2017) traz uma discussão muito pertinente com relação aos pontos de contato entre as áreas de Dança e de Educação Física e os reflexos disso no ensino de dança na Educação Básica. Na busca de compreender o lugar da docência em dança no ensino formal, o autor examina leis, decretos, resoluções e outros documentos oficiais desde a década de 1970 até 2017. Sua investigação compreende o Estado da Arte, a análise de judicializações e o detalhamento das formações iniciais de docentes de Dança e

de Educação Física, desembocando num complexo e aprofundado estudo crítico de questões relacionadas a filiações de ordem epistemológica sobre dança, corpo, arte, ciência, ensino e aprendizagem, que lhe permite constatar que não há um entendimento uníssono sobre o que seja a dança.

Souza (2017) reconhece a impossibilidade de definir a dança somente como expressão artística, ou somente como exercício físico, em função da intencionalidade do ato de dançar. Seu estudo aponta que o problema do atrito entre as áreas da Dança e da Educação Física acentuou-se a partir da criação do Conselho Federal de Educação Física (Lei nº 9696/98), em 1998, e de seus respectivos Conselhos Regionais de Educação Física (Sistema CONFEF/CREFs)⁷, e devido ao aumento significativo da oferta de Cursos Superiores em Dança, verificado nos últimos anos. A consequência disso é que os profissionais da Dança precisam constantemente reafirmar seu espaço na Educação Básica, ainda que “sentenças e súmulas proferidas em todas as regiões brasileiras já advogam em favor da dança como forma de expressão artística e como componente curricular independente [...]” (SOUZA, 2017, p. 173).

Outro aspecto evidenciado nas buscas pela inserção da Dança no contexto da Educação Básica foi a recorrência expressiva de pesquisas sobre dança no currículo de Escolas de Tempo Integral. Nesses trabalhos, foi possível identificar uma estrutura curricular composta, em geral, por uma parte diversificada, ou seja, de livre escolha discente, dentre as várias disciplinas oferecidas. Um aspecto positivo do oferecimento da dança como atividade escolar não obrigatória é a possibilidade de trabalhar com um número mais restrito de estudantes em sala de aula, conforme mencionado por Oliveira (2017), tendo, assim, a possibilidade de aprofundar os conteúdos de dança e dispensar atenção mais individualizada, como foi o caso da experiência relatada na pesquisa de Viviane Dantas (2020), que aborda a Técnica Klauss Vianna na disciplina de Componente Eletivo no Ensino Médio de uma Escola de Tempo Integral.

Laryssa Rocha (2016) trata do ensino de dança nas Escolas-Parque de Brasília, inovadoras na década de 1960, no que se refere ao currículo de tempo integral, tendo partes diversificadas ou eletivas. Nesse contexto, além de se inserir como oficina na seção diversificada do currículo, a dança também é desenvolvida como conteúdo das áreas de Educação Física, Música e Artes.

Juliana de Paula (2017) também disserta sobre a dança nas Escolas de Tempo Integral, mas com o recorte geográfico de Belo Horizonte (MG). Seu trabalho faz referência às diversas manifestações de dança presentes na escola em tempos e espaços para além da sala de aula: nos momentos de chegada ou saída dos estudantes, nos intervalos das atividades letivas, no recreio, nas saídas a campo, nos passeios, dentre outros, em que a dança costuma ser praticada espontaneamente, ou seja, independentemente de iniciativas docentes ou institucionais.

Apesar das experiências pedagógicas de dança refletidas nessas pesquisas não se desenvolverem em disciplinas pertencentes à grade horária regular das instituições educacionais, e não abrangerem a totalidade de discentes e turmas, visto que se realizam de forma pontual, em oficinas ministradas por monitores, em caráter eletivo, seus resultados junto a estudantes e à comunidade escolar em geral são

⁷ O Sistema CONFEF/CREFs é o órgão regulador e fiscalizador do exercício profissional da Educação Física.

compreendidos como fundantes à difusão e legitimação da dança no ambiente escolar.

As reflexões de Josiane Franken Corrêa e Vera Lúcia Bertoni dos Santos (2019) sobre as formas de como a dança é inserida na escola também abrangem as Escolas de Tempo Integral. Através de uma pesquisa documental com recorte temporal 1990-2017, as autoras identificam dois grandes grupos de trabalhos nesse contexto: a dança como “disciplina curricular obrigatória e pertencente à Área de Artes” (CORRÊA; SANTOS, 2019, p. 40) e a dança como atividade

[...] desenvolvida em práticas com diferentes objetivos, tais como, realização de projetos em turno inverso (ou contra turno) às atividades de classe, integração nos conteúdos de Educação Física, realização de parcerias entre escolas de ensino formal e instituições (academias, escolas estúdios e conservatórios) de ensino não formal de dança, entre outras possibilidades. (CORRÊA; SANTOS, 2019, p. 40).

Nos casos encontrados, embora sendo uma alternativa de escolha dentre algumas outras disciplinas, a Dança não pode ser considerada como atividade extraclasse, porém, também não se enquadra como disciplina obrigatória, pois é possível aos discentes cumprir o currículo completo da escola sem necessariamente cursar o componente curricular, ou seja, sem optar pela Dança em qualquer um dos anos.

Assim, a partir dos trabalhos levantados para este texto, com o recorte temporal entre os anos de 2016 e 2020, considera-se que o primeiro grupo caracterizado por Corrêa e Santos (2019) possa ser desdobrado em dois, ou seja: (1) a Dança como componente curricular autônomo e obrigatório, a ser cursado pela totalidade de estudantes da etapa escolar em que ela é oferecida; e (2) a Dança como possibilidade de disciplina a ser escolhida por um grupo de estudantes que optam entre uma das disciplinas oferecidas para cursar durante o ano (ou certo período de tempo), o que poderia ser chamado de obrigatória-alternativa. Esta última é a característica do lócus da pesquisa de Cabral (2020), que realizou uma proposta artístico-pedagógica em disciplina Eletiva⁸ do CAP/UFRGS.

A Tese de Cabral tem íntima relação com as reflexões que motivam este artigo, pelo fato da pesquisa de campo sobre a qual ele reflete ter sido realizada no ano de 2019, no Ensino Médio do CAP/UFRGS, ou seja, meses antes da inserção da primeira professora Licenciada em Dança na referida escola. O autor disserta sobre a proposta pedagógica intitulada “Uma poética formativa em dança-teatro”, cujo desenvolvimento se dá a partir de disparadores pedagógicos em dança-teatro com jovens da escola. Apesar de se caracterizar como uma iniciativa pontual e, portanto, não tratar de questões políticas relacionadas à inserção da dança na escola, a proposta revela o cenário onde a pesquisa aqui refletida é desenvolvida.

Um destaque em relação ao contexto da investigação de Cabral (2020, p. 160) é o fato dos participantes da oficina proposta por ele evidenciarem, por um lado, “muita dificuldade de compreender e aceitar a dança contemporânea como dança” e, por outro, uma grande identificação com o momento da aula destinado à chamada

⁸ As chamadas Eletivas são disciplinas ofertadas em caráter obrigatório, contudo são de livre-escolha discente, ou seja, os estudantes podem decidir qual vão cursar, dentre algumas possibilidades

“aquisição de vocabulário”, que, na perspectiva do autor, compreende a aprendizagem de movimentos e passos constitutivos de uma determinada sequência coreográfica (executada pelo professor-pesquisador). Cabral (2020, p. 122) observa que, na concepção desses “jovens, a aquisição de vocabulário consiste, em si, a própria dança, representando, para eles, o que se conhece como dança”. Sua Tese possibilita refletir sobre o contraste entre o aspecto improvisacional da criação em dança-teatro, gerando inseguranças e receios de exposição dos corpos e dos movimentos autorais, e o aspecto reprodutivo repetitivo da aprendizagem das sequências coreográficas, desobrigando os corpos dos desafios da criação, favorecendo interações mais seguras ao processo de iniciação em dança.

No decorrer da pesquisa, Cabral identifica visões generalizantes sobre a dança, por parte do grupo de discentes, possivelmente pelo fato do ensino de dança ser algo inusitado, uma novidade no meio escolar; e decide flexibilizar o seu planejamento pedagógico. Assim, ainda que questionasse o modelo pedagógico diretivo, o professor pesquisador passa a buscar um equilíbrio entre suas concepções de ensino de dança, ora fundadas na improvisação, explorando as possibilidades individuais dos participantes, e respeitando suas limitações, ora a partir de um modelo exterior, procurando não cair na mera reprodução acrítica (CABRAL, 2020).

As tensões existentes entre as expectativas da comunidade escolar em relação ao ensino de dança são tematizadas também na Tese de Maria Fonseca Falkembach (2017), sob a ótica de seis professoras Licenciadas em Dança em escolas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul. A autora enfoca a Dança como componente curricular, com ênfase nas concepções de corpo na Educação Básica, a partir da estruturação de uma aula de dança, que vai de encontro ao que já está estabelecido na escola como forma de ensino, expondo aspectos relativos à implementação da Dança no currículo escolar.

Na mesma linha de Falkembach, Corrêa (2018) investiga a docência em dança a partir do recorte da Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul, com a colaboração de cinco professoras Licenciadas em Dança, aprovadas e nomeadas em concurso público para provimento de vagas de “Professor de Educação Básica na disciplina Ensino de Arte – Dança”, realizado em 2013. Além do fato de enquadrar-se nos estudos referenciais acerca da inserção da disciplina de Dança na Educação Básica, a Tese de Corrêa é destacada aqui por evidenciar a luta política das professoras em favor da difusão e consolidação da sua disciplina nas escolas em que trabalham, bem como os aspectos conceituais, estruturais e práticos do ensino de Dança em seus contextos específicos. Nesse sentido, a autora reflete também sobre a formação de profissionais de Dança-Licenciatura, pois observa que as práticas pedagógicas dessas professoras dependem muito da sua própria produção, da sua própria invenção, das suas próprias iniciativas. Isso se deve ao fato de que as professoras investigadas eram as primeiras professoras Licenciadas em Dança nas suas escolas, que, à época, não dispunham de estrutura física (salas, equipamentos) minimamente adequada ao trabalho de dança, e tampouco de currículos, programas ou orientações referentes ao ensino da disciplina, o que demandava delas um trabalho constante, junto a docentes e discentes, de conscientização acerca das especificidades da Dança como campo de conhecimento.

Um destaque geral dos estudos enfocados neste texto, também identificado no levantamento de Souza (2017), é que a grande maioria das Teses e Dissertações

apresenta capítulos de contextualização da legislação e análise de documentos curriculares com relação à Dança e à Arte no Ensino Básico. Ressalte-se que a compreensão da dança como conhecimento escolar a partir da legislação constitui uma forma de fortalecimento do campo, cuja presença na educação escolar é muito recente, se comparada aos demais campos da Arte. Assim, muitos dos trabalhos encontrados perpassam suas análises pelas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1961, 1971, 1996) e pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997a, 1997b, 1998, 2000), e as pesquisas mais recentes, pela Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017).

Em capítulo sobre o tema, Viviane dos Santos Dantas (2020) analisa com profundidade o documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), adentrando brevemente nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Possivelmente, a escolha da autora de não se aprofundar nos PCNs tem relação com a data de publicação da BNCC, que, por sua vez, agrega muitas das propostas dos PCNs em relação ao ensino de Dança.

Aproximações e divergências entre diferentes contextos e seus percursos

O fato da Dança, como campo de conhecimento autônomo, passar a constar na legislação educacional somente a partir de 2016, ainda que os seus conteúdos estejam previstos nos PCNs desde 1997, e que a sua prática, como atividade espontânea ou vinculada a outros campos do conhecimento, esteja presente em diversos tempos e espaços da escola (PAULA, 2017), já indica a necessidade de reflexão sobre os diferentes contextos e percursos de inserção da Dança como componente curricular na Educação Básica brasileira.

A intenção da revisão de literatura aqui apresentada é, portanto, compreender diferentes contextos escolares em que essa inserção se processa, considerando possibilidades, limites e especificidades, em relação à realidade do CAp/UFRGS, de modo a observar características que se aproximam e se distanciam da realidade educacional enfocada na pesquisa mais ampla que motiva as autoras.

Uma das diferenças do CAp/UFRGS, em relação à maioria das instituições de Educação Básica observadas no levantamento, é a forma de organização das disciplinas artísticas nas diferentes etapas curriculares. No Ensino Fundamental I (1º ao 5º anos), o ensino de Arte ocorre de forma integrada, ou seja, é ministrado por profissionais das diferentes áreas (Artes Visuais, Música e Teatro) que trabalham de forma conjunta; no Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano), é obrigatório e organizado por componente curricular, no qual, cada linguagem artística constitui uma disciplina; no Ensino Médio pode ser considerado como obrigatório-alternativo, ou seja, o ensino de cada uma das linguagens artísticas desenvolve-se de forma independente, cabendo aos discentes optar por uma, a ser cursada no período de um ano; por fim, na EJA, tem-se uma estrutura semelhante à adotada nas séries iniciais do Ensino Fundamental, mas o Bloco de Expressão e Movimento, composto por docentes de Artes Visuais, Música e Teatro, passa a contar também com profissionais da área de Educação Física.

Importante considerar que, mesmo nas etapas de ensino nas quais todas as linguagens artísticas são obrigatórias à totalidade de estudantes, o trabalho é realizado com uma quantidade relativamente reduzida de discentes nas salas, se

comparado às escolas observadas no levantamento, visto que as turmas são organizadas em dois grupos, acarretando num número de aproximadamente quinze (15) estudantes em cada grupo. As dificuldades inerentes ao trabalho pedagógico em Dança com turmas numerosas são mencionadas nos estudos de Oliveira (2016) e Justino (2018) como relacionadas às suas escolhas pela realização de pesquisas em oficinas extraclasse, nas quais se pode limitar a quantidade de participantes.

No caso específico do Colégio de Aplicação da UFRGS, sendo a Dança uma área ainda em processo de consolidação na escola, o componente curricular é oferecido somente no Ensino Médio, período da seriação no qual a Arte se constitui como atividade obrigatória-alternativa. Assim, no decorrer dos três anos do Ensino Médio, os estudantes cursam obrigatoriamente duas (2) horas/aula de Arte, podendo optar, de forma alternada ou não, pela diferentes linguagens artísticas. Essa característica aproxima, de certo modo, o CAP/UFRGS das Escolas de Tempo Integral, cujo currículo é composto, em geral, por uma parte diversificada, ou seja, de livre escolha dos estudantes, que corresponderia às disciplinas Oficinas ou às disciplinas Eletivas, bem como às linguagens artísticas no Ensino Médio do CAP/UFRGS.

Outro aspecto importante a salientar a partir do levantamento realizado é o reduzido número de profissionais com Licenciatura em Dança atuando nas escolas, especialmente se comparado ao número total de profissionais das diferentes áreas artísticas, como apontado por Silva (2018). Ou seja, após sessenta e cinco (65) anos da implementação do primeiro curso de Graduação em Dança no Brasil, na Universidade Federal da Bahia, a dança ainda é ensinada nas escolas de Educação Básica por docentes de diferentes formações.

Mesmo na realidade considerada privilegiada do CAP/UFRGS, na qual o campo das Artes é integrado por vinte docentes, a Área da Dança é constituída por apenas uma professora, cujo ingresso na instituição é muito recente; e a inserção da Dança no currículo escolar, de forma agregada às Artes Visuais, à Música e ao Teatro, enfrenta diversos desafios na busca por ampliação do espaço das disciplinas artísticas naquele contexto.

No processo de consolidação da Dança como campo de conhecimento específico, como apontado por Souza (2017), correspondente, neste caso, ao período de inserção da professora Licenciada em Dança no ambiente escolar, a concepção de Dança como componente curricular vinculado às Artes é frequentemente confrontada, necessitando dialogar com outros campos de conhecimento, como é o caso da Educação Física, que, por força de concepções e práticas referentes à corporeidade reiteradas através dos tempos, compreende diversos conteúdos de dança como domínio da sua disciplina.

De modo geral, o levantamento aqui compartilhado permite considerar que o ensino de Dança na escola vem se modificando significativamente nos últimos anos, inserindo-se de diversas formas, em diferentes contextos, sob múltiplas abordagens, o que indica, sem dúvida, um importante percurso. Ainda que sejam raras as instituições que contem com profissionais especialistas em Dança nos seus quadros funcionais, e que a almejada consolidação do campo, dentre os demais que compõem a Educação Básica brasileira, implique muitos desafios e demande grandes esforços, a retrospectiva do caminho já andado serve de estímulo a novos percursos.

Referências

ARAÚJO, Jefferson Melo de. **Reflexões sobre a Dança Coral na Educação Escolar: Para um compor compartilhado**. Dissertação (Mestrado em Artes Cênicas) – Programa de Pós-graduação em Artes Cênicas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Presidência da República, 1961. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 07 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 1971. Disponível em: <<https://cutt.ly/AfQV0yG>>. Acesso em 07 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Casa Civil, 1996. Disponível em: <<https://cutt.ly/rfQV1cf>>. Acesso em 07 set. 2020.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC; SEF, 1997a.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte**. Brasília: MEC; SEF, 1997b.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte. Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental**. Brasília: MEC; SEF, 1998.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais. Ensino Médio**. Brasília: MEC; SEF, 2000.

BRASIL. **Lei n. 13.278, de 2 de maio de 2016**. Altera o § 6º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, referente ao ensino da arte. Diário Oficial da União, Brasília, 03 maio 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Conselho Nacional de Educação. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base**. Brasília: MEC; SEB; CNE, 2017.

CABRAL, Jeferson de Oliveira. **Dança-Teatro no Ensino Médio: uma poética formativa no Colégio de Aplicação da UFRGS**. 2020. Tese (Doutorado em Artes Cênicas) – Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

CORRÊA, Josiane Gisela Franken. **Nós, professoras de Dança**: ensaio documental sobre a docência em Dança no Rio Grande do Sul. 309 f. 2018. Tese (Doutorado em Artes Cênicas) – Programa de Pós-graduação em Artes Cênicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

CORRÊA, Josiane Franken; SANTOS, Vera Lúcia Bertoni. Dança na escola no Rio Grande do Sul: percursos históricos e pesquisas Acadêmicas. **Revista DAPesquisa**. Florianópolis, v. 14, n. 23, 2019. Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/dapesquisa/article/view/1808312914232019034/10288>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

DANTAS, Viviane dos Santos. **A Dança na Escola**: uma proposta pedagógica para a disciplina de Componente Eletivo no novo Ensino Médio. Dissertação (Mestrado em Artes) – Programa de Pós-Graduação em Ensino de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

FALKEMBACH, Maria Fonseca. **Corpo, Disciplina e Subjetivação nas Práticas de Dança**: um estudo com professoras da rede pública no sul do Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 2017. 241 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

FIALHO, Aline Dutra. **Ensino-aprendizagem de Dança na Escola**: Construindo significados e espaços. Dissertação (Mestrado em Artes) – Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Artes, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

JUSTINO. Walderlane Cardoso. **Corpo, escola, cognição**: experiências em oficinas de dança com alunos do ensino fundamental. Dissertação (Mestrado em Artes) - Programa de Mestrado Profissional em Artes em Rede Nacional da Universidade Federal da Paraíba (PROF-ARTES/UFPB), João Pessoa, 2018.

MACIEL, Ana Ruth Rocha. **Dueto de sentidos**: figuras de linguagem e dança contemporânea compondo poéticas no corpo adolescente. Dissertação (Mestrado em Artes Cênicas) – Programa de Pós-graduação em Artes Cênicas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

OLIVEIRA, Mauricio Jesus. **Corporeidade pela Dança**: o caso do Colégio Estadual Thales de Azevedo. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

PAULA, Juliana Araujo de. **"Isso dá pra aprender!"**: a dança na Educação Integral. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

ROCHA, Laryssa Mota Guimarães. **Uma história da Dança em escolas de Brasília**:

memórias da Escola-Parque do período de 1960 a 1974. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Programa de Pós-graduação em Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

SILVA, Edna Christine. **Dança na Educação Básica**: uma análise da produção de conhecimento à luz da teoria corpomídia. Tese (doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica, 2018.

SILVA, Lúcia Maria da. **Dança, cognição e afetividade em uma escola rural de Tempo Integral da Educação Básica**: contribuições de uma experiência. Dissertação (Mestrado em Ensino na Educação Básica) – Programa de Pós-graduação em Ensino na Educação Básica, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

SOUSA, Nilza Coqueiro Pires de. **Pesquisa-ação de Formação Continuada em Educação Física no âmbito da Dança**: as possíveis implicações no repensar e na transformação da prática pedagógica de Educação Física, Arte e Pedagogia. Tese (Doutorado em Ciências da Motricidade) – Programa de Pós-graduação em Ciências da Motricidade, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro/SP, 2016.

SOUZA, João Batista Lima de. **Ensino de Dança em Litígio**: uma problemática. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria/RS, 2017.